

Elie Pierre Eid
ORGANIZADOR

ENSAIOS SOBRE AUTOTUTELA

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA

SUMÁRIO

ORGANIZADOR	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	13

CAPÍTULO 1

Anaís Matos Torres

A AUTOEXECUTORIEDADE DOS <i>SMART CONTRACTS</i> CONSTITUI MANIFESTAÇÃO DA AUTOTUTELA?	23
Introdução	23
1 A autotutela em seu contexto originário	25
2 Autoexecução e sua importância no cenário atual	30
Conclusão	34
Referências	35

CAPÍTULO 2

Antonio do Passo Cabral

REPENSANDO A AUTOTUTELA: CONCEITO E LIMITES NO DIREITO BRASILEIRO	39
Introdução	39
1 Evolução histórica: da permissibilidade à proscrição. Argumentos justificadores da proibição genérica de autotutela	41
2 Necessidade jurídica da autotutela e previsão legal no direito brasileiro	43
3 Conceito de autotutela: proposta para o direito brasileiro	45
4 Autotutela convencional e a reabilitação contemporânea do conceito. Atipicidade das formas de autotutela	49
5 Autotutela e novas tecnologias. Moedas digitais. Os <i>smart contracts</i> com supervisão ou execução submetidas à vontade unilateral de uma das partes	52
6 Limites materiais e processuais à autotutela privada. Possibilidade de controle jurisdicional. Por um devido processo no exercício das formas de autossatisfação de direitos	55
Conclusão e perspectivas. Quem tem medo da autotutela?	59
Referências bibliográficas	61

CAPÍTULO 3**Brigida Roldi Passamani**

AUTOTUTELA CONTRATUAL E CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA	67
Introdução.....	67
1 Retomando a autotutela contratual.....	68
2 A cláusula resolutiva expressa: igualmente, alguns aspectos propedêuticos....	75
3 A integração dos fenômenos: autotutela com função resolutiva pela via da cláusula extintiva e outras questões sobrepostas.....	79
Conclusão	83
Referências bibliográficas	83

CAPÍTULO 4**Elie Pierre Eid**

A AUTOTUTELA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO	87
Introdução.....	87
1 A visão da teoria geral do processo sobre a autotutela.....	88
1.1 Monopólio da jurisdição e da força pelo Estado	89
1.2 Submissão pessoal e violência.....	91
1.3 Papel residual da tutela de interesses por iniciativa do seu titular	94
1.4 O método de analisar os diversos meios de solução de conflitos a partir da teoria geral do processo	97
2 Autotutela no quadro dos meios de solução de conflitos	98
2.1 Tutela jurídica unilateral e direta pelo interessado.....	98
2.2 Fundamentos contemporâneos da autotutela	99
2.2.1 Origem do poder	100
2.2.2 Regulação do poder	102
2.2.3 Objeto do exercício do poder	103
Conclusões	104
Bibliografia.....	105

CAPÍTULO 5**Filipe Antônio Marchi Levada**

AUTOTUTELA ECONÔMICA NO DIREITO DOS CONTRATOS: AS GARANTIAS AUTOEXECUTÁVEIS	109
Introdução.....	109
1 A defesa extrajudicial dos direitos. A disponibilidade do exercício do direito de ação.....	109
2 O processo de desjudicialização das garantias. A relativização à proibição do pacto comissório	114
3 Ampliação do conceito de garantia. As garantias vistas sob o ponto de vista de sua função	116
4 As garantias autoexecutáveis	118

5 Exemplos de garantias autoexecutáveis no Brasil.....	119
5.1 Alienação fiduciária de bem imóvel. Lei n. 9.514/97.....	119
5.2 Cessão e endosso fiduciários.....	121
5.3 Alienação fiduciária de bem fungível.....	123
5.4 Penhor irregular.....	124
5.5 <i>Leasing</i> financeiro à brasileira.....	125
5.6 Apropriação de valores nos contratos tipicamente bancários.....	127
5.6.1 Mútuo bancário com cláusula de autorização de descontos em conta corrente.....	127
5.6.2 Abertura de crédito rotativo.....	128
5.6.3 Empréstimo consignado.....	129
5.7 Penhor de crédito.....	129
5.8 Penhor de título de crédito.....	130
5.9 Autotutela passiva. Direito de retenção. Exceção do contrato não cumprido.....	130
5.10 Autotutela ativa. Interrupção de serviço essencial como meio de coerção indireta ao pagamento.....	131
5.11 A excussão hipotecária extrajudicial introduzida pela Lei n. 14.711/2023.....	133
Conclusão.....	134
Referências bibliográficas.....	135

CAPÍTULO 6

Flávio Luiz Yarshell

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NA EXCUSSÃO DE BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE.....	139
Introdução.....	139
1 Excussão do bem objeto da alienação fiduciária: devido processo legal e controle jurisdicional.....	142
2 Desdobramentos da observância do devido processo legal e do contraditório: prévio conhecimento dos elementos e condições da venda/excussão.....	145
3 Possibilidade de o devedor resgatar o bem.....	150
Conclusão.....	155
Bibliografia.....	156

CAPÍTULO 7

Francisco de Mesquita Laux

A MODERAÇÃO DE CONTEÚDO EM REDES SOCIAIS SOB A ÓTICA DA AUTOTUTELA.....	159
Introdução.....	159
1 A conexão entre autotutela e moderação de conteúdo.....	162
2 Modelos de regulação e direito processual: as primeiras tentativas de regulação estatal da moderação de conteúdo.....	164

3 O <i>Digital Services Act</i> (Regulamento dos Serviços Digitais) – Regulamento UE 2065/2022.....	168
4 Tribunais independentes com jurisdição sobre redes sociais – o Comitê de Supervisão do Facebook.....	171
Conclusão	176
Bibliografia	176

CAPÍTULO 8

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

AUTOTUTELA E <i>SMART CONTRACTS</i>	179
Introdução.....	180
1 A autotutela no sistema brasileiro de justiça multiportas	180
1.1 Conceito.....	180
1.2. Execução extrajudicial e autotutela.....	181
1.3 A reabilitação da autotutela e sua compreensão como porta de acesso à justiça	182
1.4 Abrangência e natureza jurídica da autotutela.....	184
1.5 Modalidades de autotutela.....	187
1.6 Autotutela de origem convencional.....	189
2 <i>Blockchain</i> e <i>tokens</i>	194
2.1 Algoritmo.....	194
2.2 A tecnologia <i>blockchain</i>	195
2.3 <i>Tokens</i>	196
3 <i>Smart contracts</i>	198
3.1 Generalidades.....	198
3.2 <i>Smart contracts</i> e autotutela.....	198
3.2.1 “Mitos” sobre os <i>smart contracts</i>	199
3.2.1.1 Relação necessária com o cumprimento totalmente automatizado.....	199
3.2.1.2 Eliminação de ambiguidades.....	200
3.2.1.3 Eliminação da possibilidade de ocorrência de problemas jurídicos.....	202
3.2.2 Contribuições dos <i>smart contracts</i> para a autotutela de origem convencional.....	202
Conclusões.....	203
Referências	204

CAPÍTULO 9

José Vicente Santos de Mendonça

Daniel Bento

AUTOEXECUTORIEDADE PÚBLICA OU AUTOTUTELA PRIVADA? CAMINHOS QUE SE CRUZAM	209
Introdução.....	209
2 Autoexecutoriedade pública e privada: movimentos doutrinários opostos .	211

2.1 Retração da autoexecutoriedade administrativa	211
2.1.1 Núcleo duro da autoexecutoriedade: poder de polícia?	213
2.2 Expansão da autotutela privada.....	214
2.2.1 Extensão da autotutela privada também no direito administrativo: o exemplo da autorregulação.....	217
Considerações finais	220
Bibliografia	220

CAPÍTULO 10

Raquel Bellini Salles

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

AUTOTUTELA EM PLATAFORMAS DIGITAIS: ESTUDO DE CASO DO ALGORITMO ‘CONTENT ID’ E DE SEUS CONTORNOS CONTRATUAIS	223
Introdução.....	223
1 Gestão extrajudicial da propriedade imaterial: o exemplo do ‘ContentID’..	225
2 Desjudicialização e tutela de direitos: novos horizontes para relações privadas em plataformas digitais.....	231
3 Contornos contratuais dos termos de serviço e a autotutela (algorítmica) como remédio.....	235
Conclusão.....	239
Referências	240

CAPÍTULO 11

Rinaldo Mouzalas

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À AUTOTUTELA PRIVADA NO DIREITO BRASILEIRO	247
Introdução.....	247
1.1 Previsão expressa do sistema para algumas hipóteses e tolerância para outras não previstas expressamente	248
1.2 Impossibilidade de oferta tempestiva e plena de prestação jurisdicional..	250
1.3 Suficiência da certificação.....	256
1.4 Disputa por bens jurídicos imateriais e aperfeiçoamento das técnicas de realização de direito, mesmo que relacionadas a bens materiais.....	260
1.5 Afirmção da autonomia privada como fonte de obrigações.....	262
1.6 Possibilidade de controle jurisdicional	266
1.7 Imposição de respeito às esferas jurídicas	268
1.8 Redução de custos para o Estado e para as partes da relação jurídica	270
2 Argumentos para não admitir o exercício da autotutela	272
2.1 Monopolização da atividade jurisdicional	272
2.2 Violação ao devido processo legal	278
2.3 Exercício da autotutela constituiria estímulo à violência com consequente	

comprometimento da ordem pública e perturbação da paz social	280
Conclusão	288
Referências	288

CAPÍTULO 12

Rodrigo Ramina de Lucca

DIREITOS POTESTATIVOS, AUTOTUTELA E A RESOLUÇÃO DE COMPROMISSOS DE COMPRA E VENDA.....	299
1 Direitos subjetivos, direitos potestativos e faculdades	299
2 A autotutela dos direitos potestativos.....	303
3 O problema da resolução contratual de compromissos de compra e venda 306	
3.1 O confuso tratamento doutrinário da resolução contratual no Brasil.....	309
3.2 A jurisprudência clássica do Superior Tribunal de Justiça sobre a resolução dos compromissos de compra e venda de imóvel	313
4 Os equívocos de se exigir tutela jurisdicional para a resolução de compromisso de compra e venda de bem imóvel.....	314
4.1 Desrespeito à disciplina legal.....	314
4.2 A criação injustificada e casuística de um <i>processo judicial necessário</i>	316
4.3 A desconsideração da autotutela e o pensamento “Estado-cêntrico” do Direito.....	318
4.4 O controle dos pressupostos fáticos e jurídicos da resolução: inversão lógica dos riscos contratuais	319
4.5 A imperinência e a irrelevância da boa-fé contratual	322
5 Os recentes precedentes do Superior Tribunal de Justiça: o adequado tratamento da matéria.....	324
Conclusão.....	325
Bibliografia	326

CAPÍTULO 13

Salvatore Marino

LA RISOLUZIONE DEI CONFLITTI PER VIA DI AUTOTUTELA IN PROSPETTIVA STORICA.....	329
Introduzione e concetto operativo.....	329
1 Primordi. I proto-elementi.....	331
2 L'autotutela come risoluzione dei conflitti all'interno della società organizzata.	333
2.1 La zona grigia	333
2.2 Il contenimento della conflittualità	334
2.2.1 Proporzione e reciprocità.....	335
2.2.2 Controllo sociale e tutela stragiudiziale.....	335
2.2.3. Mediazione istituzionale	336
2.2.4. Affinamento della tutela giudiziale.....	337
3 Verso l'affermazione del pubblico	338

3.1 Pluralità di forme di tutela e graduale accentrimento	338
3.2 Repressione generale della violenza.....	340
3.2.1 Limitazione della autotutela offensiva.....	341
3.2.2 Ammissibilità della autotutela difensiva.....	342
3.2.3 La giustizia non è un fatto privato.....	343
3.2.4 Il monopolio imperiale della giustizia.....	345
3.2.4.1 Teoria e prassi.....	346
3.2.4.2 Riepilogo.....	347
4 L'autotutela in dialettica con lo stato e sua delimitazione	347
4.1 Riemersione della dialettica tra giustizia pubblica e privata	348
4.2 Sovranità e definizione.....	349
4.3 Lo stato prende e lo stato dà.....	351
4.4 Allentamento e prospettive	352
Bibliografia.....	353

CAPÍTULO 14

Thiana Cabral de Santana

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DO LOCADOR AO EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA PARA RETOMADA DE IMÓVEL RESIDENCIAL URBANO ABANDONADO PELO LOCATÁRIO.....	361
Introdução.....	361
1 O abandono do imóvel.....	362
2 A ilicitude do abandono do imóvel locado.....	363
3 O porquê da ilegalidade da retomada da posse direta do imóvel abandonado.....	365
4 A certeza do abuso de direito do locatário e a mera possibilidade de arbitrariedade do locador no exercício do seu direito.....	367
5 A autotutela <i>versus</i> abuso de direito	369
6 A ineficiência da via judicial e a negativa de acesso à justiça ao locador	373
7 Os impactos para o mercado locatício	375
8 A preservação dos direitos do locatário.....	376
9 Do direito do locador de escolher a via para exercício do seu direito.....	378
10 Ainda, a possibilidade de definição de parâmetros para o exercício da autotutela por negócio jurídico processual.....	380
Conclusão.....	383
Bibliografia.....	383

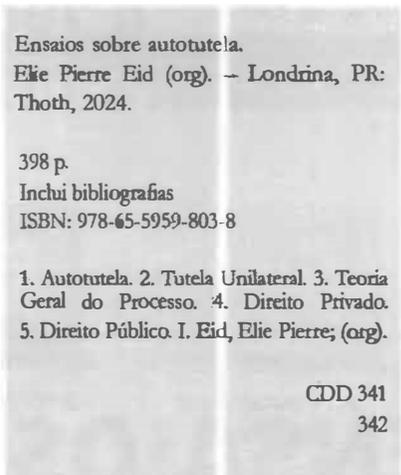
CAPÍTULO 15

Trícia Navarro

JUSTIÇA MULTIPORTAS E AUTOTUTELA.....	385
Introdução	385
1 Breves considerações sobre a Teoria da Justiça Multiportas	386
2 Formas de composição de conflitos	387

3 Fundamentos da autotutela.....	388
4 Categorias de autotutela.....	392
5 Exemplos de autotutela	393
6 <i>Smart contracts</i> e autotutela	394
Conclusão.....	396
Referências bibliográficas.....	397

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Público: 341

2. Direito Privado: 342

Conselho Editorial (Gestão 2024)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.